

ANO 6 - NÚMERO 77 - MARÇO 2021

Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 15



COMUNICAÇÕES:
BRASIL VIA SATÉLITE
p. 08

CONSCIÊNCIA NEGRA

Para toda opressão,
sejamos resistência!
p. 22

LITERATURA

Afrodite: mármore
que respira
p. 24

UNIVERSO FEMININO

Wangari Waathai
p. 48



**DOE AGORA E AJUDE A MUDAR A REALIDADE
DE CENTENAS DE PESSOAS EM BELÁGUA (MA)**



**APONTE A CÂMERA DO
SEU CELULAR PARA O
QR CODE AO LADO E
DOE!**

**SUA DOAÇÃO FAZ TODA
DIFERENÇA!**

**SUA DOAÇÃO AJUDARÁ NA
IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS
E APERFEIÇOAMENTO DOS
PROJETOS DO MOVIMENTO
SOLIDÁRIO EM BELÁGUA/MA.
CADA AÇÃO ESTÁ
DIRETAMENTE LIGADA À
QUALIDADE DE VIDA E
DESENVOLVIMENTO DAS 30
COMUNIDADES ASSISTIDAS
PELO PROGRAMA. TORNE-SE
UM AGENTE TRANSFORMADOR
NA VIDA DOS QUE MAIS
NECESSITAM. DOE!**

ACESSE:

WWW.FENAE.ORG.BR/MOVIMENTOSOLIDARIO



**Movimento
Solidário**



FENAE



APCEF

“

**Sou entre flor e nuvem, estrela e mar.
Por que havemos de ser unicamente limitados em chorar?**

Cecilia Meireles

”

COLABORADORES/AS - MARÇO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Emir Sader** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer Gráfico. **Fernanda Otero** – Escritora. **Iêda Leal de Souza** – Professora. **Jaime Sautchuk** – Jornalista. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Marcelo Roberto Souto de Melo** – Biólogo. **Marcos Jorge Dias** – Escritor. **Manoel de Barros** – Poeta (*in memoriam*). **Rachel de Queiroz** – Escritora (*in memoriam*). **Tarso Genro** – Advogado. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista. **Zezé Weiss** – Jornalista. **Agamenon Torres Viana** – Sindicalista. **Ailton Krenak** – Escritor. **Altair Sales Barbosa** – Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** – Jornalista. **Andrea Matos** – Sindicalista. **Ângela Mendes** – Ambientalista. **Antenor Pinheiro** – Jornalista. **Cleiton Silva** – Sindicalista. **Elson Martins** – Jornalista. **Emir Sader** – Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** – Advogado. **Graça Fleury** – Socióloga. **Iêda Leal** – Educadora. **Jacy Afonso** – Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** – Sindicalista. **Júlia Feitoza Dias** – Historiadora. **Kleitton Moraes** – Sindicalista. **Lucélia Santos** – Atriz. **Rosilene Corrêa Lima** – Jornalista. **Trajano Jardim** – Jornalista.



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires – 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa – Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



satélite Amazonia 1 é uma grande novidade no espaço cósmico, especialmente porque foi inteiramente projetado, desenvolvido e montado no Brasil. Desde logo nos demonstra, pois, a capacidade técnica e científica das entidades auriverdes ligadas à exploração e uso do cosmos.

É importante observar que não se trata de equipamento vulgar, lançado ao acaso, sem objetivo nem funções. Muito pelo contrário, é um projeto longamente estudado e planejado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e levou aos céus câmeras fotográficas desenvolvidas por empresas privadas nacionais – inovadoras.

São câmeras ajustadas às condições da jornada e já estão reguladas e focadas especialmente na Região Amazônica, com alta definição e riqueza de detalhes. Através de suas imagens, é possível avaliar a qualidade das águas dos rios e lagos, a abertura de áreas de mineração, a evolução do desmatamento.

O projeto do INPE vem de quase duas décadas e prevê a produção de dois outros satélites (Amazonia 1-B e Amazonia 2) que virão em breve, se o governo federal não atrapalhar. De qualquer modo, este é o tema da reportagem de Capa desta edição de Xapuri, de número 77.

Como de costume, você encontrará muito mais nessas páginas que começamos a folhear. O Cerrado é tema constante, inesgotável, assim como a situação dos territórios indígenas e o avanço da Covid-19 nesses espaços.

Nas páginas adiante tem, portanto, muito mais o que ler e debater, porque essa é nossa proposta. Acredite! Vamos juntos.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores





Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

*Adorei as camisetas! Coisa mais linda.
O projeto de vocês é simplesmente maravilhoso. Parabéns!*

Lucas Soares Fraga - Goiânia - GO.

*O trabalho de vocês é fantástico!
Muitos parabéns! Acompanho desde a primeira edição!*

Andrea Luisa Teixeira - Goiânia - GO.

*Chegou hoje o meu presente! O número da Xapuri Socioambiental
que me foi gentilmente enviado pelos amigos da Revista Xapuri.*

Adoramos! As reportagens são maravilhosas!

Sob o Sol do Cerrado - Lago Oeste - Brasília - DF



Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri

@reforestreeinc

Marque suas melhores fotos do
Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

08 **CAPA**
Comunicações:
Brasil via satélite

21 **CONJUNTURA**
Quem vacinará os palestinos?

15 **BIODIVERSIDADE**
De urubu

22 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Para toda opressão, sejamos
resistência!

18 **CERRADO**
Pequena crônica ainda sobre o
Cerrado

24 **LITERATURA**
Afrodite: mármore que respira

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

25 **MITOS E LENDAS**
Mama Cocha: a deusa inca de todas as
águas

28 **CRISE HUMANITÁRIA**
Imigrantes no Acre: uma carga
explosiva

31 **GASTRONOMIA**
Buchada

32 **ECOLOGIA**
Inspirador peixe-mocinha-onça
recém-descoberto em Brasília

36 **PERFIL**
Erika Kokay: país de outros mares

38 **SAGRADO INDÍGENA**
Ferrovia Ferrogrão: povos
indígenas e Munduruku exigem
direito à consulta prévia

40 **SAÚDE**
Entre a fome e o vírus

42 **SOLIDARIEDADE**
Esquerda compra
da esquerda

46 **SUSTENTABILIDADE**
A fábula da águia e da galinha

48 **UNIVERSO FEMININO**
Wangari Maathai:
a mãe da Terra

COMUNICAÇÕES: BRASIL VIA SATÉLITE

Jaime Sautchuk



Amazonia 1, satélite artificial de observação da Terra inteiramente brasileiro, foi lançado com sucesso e já navega com desenvoltura no espaço. Com projeto, construção e lançamento feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão público de São José dos Campos, São Paulo, o observatório foi idealizado pelo governo brasileiro há mais de 10 anos e custou cerca de 400 milhões de dólares.

O equipamento será utilizado para observar e monitorar principalmente a região amazônica, com foco especial no desmatamento, áreas de mineração, fronteiras e queimadas no Brasil. Ele faz parte do projeto Missão Amazonia, do INPE, que programou o lançamento de outros dois satélites de sensoriamento remoto, nos próximos anos. No entanto há dúvidas sobre isso, pois o atual governo federal cortou todos os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de satélites, já a partir de 2021.

Uma parte das ações desse satélite será de uso militar, com funções que são mantidas em sigilo. De qualquer modo, são funções que irão utilizar os recursos técnicos disponíveis no Amazonia 1. Desde antes da criação da Agência Espacial (AEB), nos anos 1990, havia um ajuste de que a questão dos satélites ficaria com o INPE, como sempre ficaram, mas a dos lançamentos ficaria com a Aeronáutica, o que engloba a Base de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão.

Em verdade, esse processo acabou afastando aquela base do próprio Programa Espacial, pois predominava naquela força militar o entendimento de que se tratava de uma estrutura de lançamento de mísseis, não de naves espaciais. Este foi um dos fatores que retardaram o programa brasileiro de satélites, em processos de idas e vindas que acabam afastando cientistas e técnicos que atuam nesta área no Brasil e vão buscar o que fazer na iniciativa privada ou em outros países.

Segundo Ricardo Galvão, ex-diretor do INPE, em entrevista ao portal Brasil de Fato, “quando se desenvolve um satélite, é normal que se desenvolvam vários módulos extras, porque, por exemplo, se uma câmera não funciona bem, não dá para esperar para desenvolver outra, então, normalmente se desenvolvem várias câmeras”.

Ele explica que, nesse processo, foi desenvolvida a câmera WFI, totalmente pela indústria nacional. Então, se tomou a decisão, entre 2008 e 2009, de desenvolver o satélite Amazonia 1, que permitiria colocar essa câmera para monitoramento de todo o território brasileiro, para dar alertas de desmatamento e degradação da terra e, ao mesmo tempo, testar a Plataforma Multimissão em voo.

Com essa tecnologia inovadora, o Amazonia 1 deverá gerar fotos do Planeta a cada cinco dias, e conta com câmeras capazes de cobrir uma faixa de cerca de 850 quilômetros. O satélite ficará numa

altura de 752 km distante da Terra e pesa 638 kg. Na sua parte interna, o equipamento contém 6 km de fios e 14 mil conexões elétricas.

Vale lembrar que, numa distância dessas, qualquer problema, por menor que seja, ganha dimensões incalculáveis – aquilo que poderia ser ajustado com pequenos ajustes pode colocar todo o sistema em risco por não estar ao alcance de mãos humanas. É certo que há, no satélite, sofisticados mecanismos de controle remoto, mas, mesmo assim, são muitas as incertezas e indagações.

Por falar nisso, na quinta-feira, dia 4 de março, técnicos do INPE notaram que poderia estar havendo alguma variação na rota do equipamento e chegaram a comentar o problema com pessoas próximas, pedindo sigilo. No entanto, em pouco tempo o caso já tinha ganhado o rumo das redes sociais na Internet e o assunto já era alvo de comentários públicos, alguns dos quais já insinuando o fracasso da missão espacial. Contudo, ainda naquele dia, uma nota oficial do INPE, com novos dados, aplacou o tititi.



DIFICULDADES

O lançamento de satélites é um negócio que rende bilhões de dólares por ano e é controlado por um grupo de países, sob o comando dos Estados Unidos e da Rússia, os dois mais fortes nesse campo. Os demais são China, Índia, França, Israel, Japão, Ucrânia, Coreia do Norte e Irã. Dois desses sistemas têm linhagem genealógica bem clara. O de Israel é filhote dos EUA. O da Ucrânia vem da antiga União Soviética, mas hoje sem interferência da Rússia. Os demais têm fontes próprias, ainda que em parceria com os maiores.

A rigor, os EUA e também a Rússia, na sua esfera de influência, jogam pesado pra que os demais países lançadores não cooperem com nenhum outro país, evitando que se tornem lançadores e, portanto, concorrentes nesse lucrativo negócio. De qualquer modo, o Brasil sempre se esforçou pra entrar nesse

grupo, mas se deparou com inúmeros percalços que pressionam no sentido contrário.

Afinal, o principal objetivo do Programa Espacial Brasileiro, historicamente, era construir e lançar um satélite geoestacionário próprio, o que daria ao país o controle sobre meteorologia, telecomunicações e tráfego aéreo. Nessa área, entretanto, vai continuar utilizando serviços de terceiros.

Na parte de telecomunicações, há muitos anos o Brasil comprou o direito de uso da série de satélites Brasilsat, que é fabricado pela Hughes, americana, em conjunto com a Spar, canadense. A operação ficava a cargo da Embratel, que era estatal brasileira, mas foi privatizada no governo FHC e hoje pertence à Verizon Communication, ianque. Todos os sinais de rádio, TV, telefonia, internet, tudo passa por ali.



Na parte de meteorologia, o Brasil usa as informações do Goes, também estadunidense. É bem-informado, com dados acurados, mas manipulável. Não nos esqueçamos de que foi um satélite desse mesmo sistema que mudou de localização no espaço na guerra das Malvinas, entre a Grã-Bretanha e a Argentina, colocando em parafuso os dados meteorológicos na região, inclusive no Brasil.

No caso, foi uma decisão do governo dos EUA, que colocou em funcionamento seu sistema global, que é operado pela sua agência espacial, a NASA, com empresas privadas, que são a Hughes, a Lockheed e a Boeing, principalmente. Era uma determinação de estado em favor da Grã-Bretanha, que as operadoras cumpriram com rigor.

Por fim, a parte do tráfego aéreo é setor em que o Brasil, ainda hoje, muito padece. Aqui, quase todo tráfego aéreo é controlado por torres terrestres. Mas há casos de "buracos negros", especialmente

na parte Norte da Amazônia brasileira, nas proximidades do Sistema Parima de Serras, onde está, por exemplo, o famoso Pico da Neblina, considerado o ponto mais elevado do País.

Nesses "buracos" da comunicação terrestre, os pilotos recorrem ao GPS (Geo-Positioning Satellites), também sob controle da NASA. Um satélite geoestacionário brasileiro supriria todas essas informações com risco muito menor para o nosso crescente tráfego aéreo. Pra formatar esse satélite, foi criada uma comissão vinculada à Agência Espacial Brasileira (AEB), com representantes de todos os setores do governo que tenham a ver com o tema, inclusive no campo militar.

Esse órgão funcionou na definição das características do satélite e mesmo de possíveis parceiros na sua construção. A execução do projeto, contudo, depende de dinheiro e de vontade política – mas essas coisas não têm aparecido nos últimos tempos.

LANÇAMENTO

Pra colocar qualquer satélite no espaço, entretanto, carece de ter um foguete que leve esses artefatos aos céus. Pra jogar no espaço seu VLS (Veículo Lançador de Satélites), o Brasil vem enfrentando sérios problemas. Os dois primeiros foguetes lançados na Base de Alcântara, em 1997 e 1999, tiveram que ser explodidos no espaço, por desvios de rota. O terceiro foi alvo daquela explosão em 2003, ainda em terra, dias antes de ser lançado, em que morreram 21 pessoas, entre técnicos e cientistas brasileiros.

Pra ter capacidade de lançamento, no entanto, o Brasil fez um acordo com a Ucrânia, assinado pelo ex-presidente Lula. Foi criada uma empresa binacional brasileiro-ucraniana denominada Alcântara Cyclone Space, que tinha sede em Brasília e na Base de Alcântara, no Maranhão. Contudo, essa empresa foi desmontada por completo no governo de Michel Temer, após o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff.

Pra se ter uma ideia da capacidade técnica dos parceiros, os ucranianos têm uma base marítima de lançamento, em enorme barcaça rebocada por navios do porte de petroleiros. Assim, lançam foguetes em diversas áreas do seu mar territorial, ou mesmo de outros países, de acordo com as condições mais apropriadas.

Esse, pelo adiantado das coisas, é o caminho mais fácil do Brasil chegar ao seu foguete de lançamento. Mas, nesse ponto, as coisas se complicam. Há, no próprio governo brasileiro, quem discorde da parceria com a Ucrânia, em favor de uma abertura ao setor privado, que iria favorecer empresas dos EUA.

No caso, a transferência de tecnologia já vinha ocorrendo no formato tradicional, que é através de universidades e centros de pesquisa envolvidos. Durante a visita do ex-presidente Lula à Ucrânia, em 2007, foi assinado um convênio entre as universidades de Brasília (UnB) e de Dnipropetrovsky, cidade que abriga o principal centro espacial daquele país.

Desde então, vários grupos de estudantes brasileiros foram diplomados por universidades ucranianas, e professores de lá foram chamados como visitantes em cursos universitários daqui. E, por coincidência, no início de março deste ano a UnB colocou em funcionamento o curso de pós-graduação em Astrofísica Gravitacional e Física Espacial, áreas bastante conectadas com o Programa Espacial Brasileiro e com o intercâmbio com a Ucrânia.

Por diversas razões, porém, o satélite brasileiro foi lançado em base espacial indiana. A principal justificativa foi de que o Brasil não teria um foguete com tamanho suficiente para colocar o Amazonia 1 em órbita, de modo que foi lançado no Centro Espacial de Satish Dhawan, em Sriharikota, uma ilha do Sul da Índia.



Essa base espacial pertence à Organização Indiana de Pesquisa Espacial (ISRO), que ofereceu condições mais favoráveis no momento. Além de lançar o Amazonia 1, o foguete indiano levou ao espaço, na mesma viagem, outros 18 satélites, todos indianos, com diferentes finalidades.

PARABÓLICAS

Televisão por satélite é o conjunto dos canais de televisão que são transmitidos de um determinado ponto da Terra para os satélites de comunicação. Depois, o sinal é retransmitido por estes aparelhos e captado por antenas parabólicas fixadas na superfície terrestre, juntamente com um receptor de satélite – um tipo original de roteador – que, sob a forma do que é chamado de set-top box externa ou um módulo sintonizador de satélite embutido em aparelho de TV, é captado.

Em muitas áreas do mundo, como a Amazônia, as operadoras de televisão por satélite oferecem grande variedade de canais e serviços, muitas vezes em áreas que não são servidas por provedores terrestres, que usam torres, ou por cabo. Existem canais que são criptografados e que carecem de um decodificador pra poderem ser vistos nos televisores, e outros que são emitidos gratuitamente em sinal aberto.

A transmissão é feita pelo sistema DTH (direct-to-home), que transmite o sinal analógico e o sinal digital, sendo que isso só depende do tipo de receptor de satélite disponível (igualmente analógico ou digital). A televisão analógica está sendo substituída pela televisão via satélite digital, mas esta também já está sendo substituída por um sistema de melhor qualidade, amplamente conhecida como televisão de alta definição (HD).

O sinal de televisão via satélite, no mundo ocidental, foi retransmitido pela primeira vez na Europa, pelo satélite Telstar, e captado na América do Norte, e 1962. O primeiro satélite de comunicação comercial, chamado de Intelsat I, foi lançado em órbita em 6 de abril de 1965. Já a primeira rede nacional de televisão por satélite, chamada Orbita, foi criada na antiga União Soviética, em 1967, usando o satélite Molniya.

O primeiro satélite comercial norte-americano para levar à televisão o sinal era geoestacionário do Canadá Anik 1, que foi lançado em 1972. O primeiro satélite a fazer uma experiências educacional e DTH foi ATS-6, lançado em 1974. O primeiro satélite geoestacionário soviético para levar a transmissão direct-to-home era chamado Ekran, e foi lançado em 1976.

Satélites que retransmitem sinais de televisão estão localizados em órbitas geoestacionárias a muitos quilômetros acima da Linha do Equador, acompanhando o movimento do Planeta. No entanto, seguindo a órbita da Terra na mesma velocidade e direção, a sensação que se tem é de que eles estão





parados, não se movem. A importância disso é vital, pois torna possível a utilização de um transmissor ou um dispositivo receptor sem a necessidade de reposicionar o satélite como ele se move.

Devemos ter sempre em mente que o número de satélites em órbita geoestacionária precisa ser limitado, pra evitar possíveis interferências que possam surgir entre eles. Satélites com funções diferentes também podem sofrer (e oferecer) interferências, sendo necessário acordos internacionais que delimitem a quantidade de equipamentos e circulação no espaço cósmico.

FUTEBOL

A Copa do Mundo de Futebol de 1970, realizada no México, foi um marco na história da TV no Brasil. O selecionado auriverde vinha de um retumbante fracasso na Copa anterior, em 1966, e tinha montado um time de ouro, com grandes craques (Pelé, Jairzinho, Rivelino etc.), criando enorme expectativa na torcida. Nada melhor do que ter os jogos ao vivo na telinha e em cores ainda por cima – o que era uma grande inovação, pois a TV ainda era em preto e branco.

O primeiro governo do regime militar, por outras razões, já tinha cuidado da atualização tecnológica e criou a Embratel, empresa mista, de controle estatal, com função de transporte de dados e de voz. Ao surgir o sistema de sinais de TV distribuídos por satélites, a empresa passou a gerenciar essas operações, a ponto de ter surgido no país a expressão “via Embratel”, que significava a comunicação à distância, bem rápida ou ao vivo.

O fato é que a Copa do Mundo de Futebol passou a ser utilizada como um momento de acontecimentos e foi marcada por três eventos de impacto nacional: o

sinal via satélite, as cores na tela e um protesto contra a ditadura em vigor no país de então. O protesto era – vejam só! – torcer contra a seleção canarinho, pra que não se tornasse um troféu dos detentores do poder desde o golpe de 1964. Só era preciso, claro, ter um aparelho de televisão colorida.

As negociações com as autoridades mexicanas responsáveis pela distribuição dos sinais dos jogos foram puxadas pela extinta TV Tupi, sob grande tensão e acusações de favorecimento daquela emissora. “A mentira que salvou a Copa” é a forma como o episódio se tornou conhecido mundialmente e foi protagonizado por José de Almeida Castro, histórico diretor da Tupi.

No final das negociações, já com outras emissoras (Band, Globo e Record), os mexicanos insistiam em cobrar mais de um milhão de dólares pelos direitos de transmissão, um valor absurdo na época, que os brasileiros alegavam não ter como pagar. Numa reunião, o diretor da Tupi bateu na mesa e disse que o governo brasileiro não aceitava ficar sem os jogos ao vivo e que, se isso de fato viesse a ocorrer, a seleção brasileira não participaria da competição. Era mentira, mas colou e os jogos foram transmitidos a preços módicos.

Já nos primeiros jogos da seleção canarinho, contudo, era possível sentir certa relutância que permeava a campanha contra a ditadura. Grande parte daqueles que haviam se disposto a torcer contra evitou ver os jogos em locais abertos, pra torcer a favor do empolgante time que representou o Brasil no México. A luta contra a ditadura era outra história.



Jaime Sautchuk –
Jornalista. Escritor.



DE URUBU

Manoel de Barros

Aqui, no fim das enchentes, urubus andam de a pé. Quase nem precisam mais de avoar. Só caminham de banda, finórios, saltando de uma para outra carniça, lampeiros.

De outro modo, urubu é onnipresente. Está em qualquer árvore do mundo em que debaixo dela um bicho morre.

No alto da árvore mais próxima, antes mesmo do bicho encomendar, urubu já discute, em assembleia, com os primos, quem que vai no olho, quem que vai no ânus.

Apeiam depois na terra, supimpando, tirando um paladar de vinho, usp, usp, antechupando os dentes...

Depois do banquete retornam às árvores, onde degustam, enviesam, revezam e se esvaziam – para comer de novo.

Urubus digerem e descomem em 12 minutos. E largam de ré sobre as folhas o guspe branco deles, na mais jubilosa caiação.

Assim, pau que urubu frequenta seca daquele guspe ácido. Nem embaixo dessa árvore vinga mais nada. Como quando o cavalo de Átila passava.

Também filhote de urubu não pode ver gente que gumita branco. Tem nojo duvidá de homem. Decerto nosso jeito a branco azeda o olho deles. E esse gumito de urubu tem acidez tão forte que dizem que se pode alimpar alguidar com ele.

Sobre isso diz o Livro: – Pessoa que comer carne de animal que morre estará imunda até de tarde – e desse modo se purificará. Isso está no Levítico. Urubu tem muita fiúza no Levítico.

– O caso eu aprendi de oitiva, xará. Oive de mi. Nenhuma voz adquire pureza se não comer na espurcícia. Quem come pois do podre se alimpa. Isso diz o Livro.

Sujeito que entende pois de limpeza há de ser o urubu. Só que logra os vermes de frente. São entes muito sanitários. – Conquanto que delimpam até o céu.

Como eles, sobre as pedras, eu cato restumes de estrelas. É muito casto o restume.



Manoel de Barros (Cuiabá – 19/12/1916 – Campo Grande – 13/11/2014, aos 97 anos). Poeta pantaneiro, em "Livro das Pré-Coisas", 2ª edição, Record, 1997.

Lançamento da publicação e campanha

ARTICULAÇÃO NACIONAL **CONTRA O DESMONTE DO BANCO DO BRASIL**



ANABB

Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil



BANCÁRIOS DF
ASSOCIAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL



Associação dos Aposentados
e Funcionários do Banco do Brasil



DIIESE



Frente Parlamentar Mista
EM DEFESA DA
**SOBERANIA
NACIONAL**



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA,

Kleyton Moraes

no desempenho de sua missão institucional de defesa e representação dos trabalhadores do setor financeiro no Distrito Federal, aproveita de sua sede em Brasília para articular ações no parlamento nacional.

Como tal, vem promovendo o diálogo em diversas frentes em defesa dos bancos e empresas públicas. Neste momento, estamos concentrando esforços na defesa do Banco do Brasil. Este anunciou um fato relevante que significa uma reorganização institucional, com diminuição de trabalhadores e pontos de atendimento. Os efeitos sobre o emprego e renda que recairão sobre funcionários e demais trabalhadores que prestam serviços ao Banco do Brasil alerta-nos diante de uma reestruturação que – na realidade é uma desestruturação do BB, haja visto, que esse ataque prevê a redução via programa de demissão com alcance de pelo menos 5000 trabalhadores

Sabemos a importância da capilaridade do banco no Brasil e o impacto de tal medida não deve ser subestimado, especialmente para os municípios brasileiros. De igual maneira, a supressão de renda terá um impacto profundo na economia brasileira e na vulnerabilidade social dos trabalhadores.

Face ao exposto, o Sindicato dos Bancários de Brasília e as demais associações representativas de funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil e membros e presidências das Frente Parlamentares Mista em Defesa dos Bancos Públicos e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional formaram uma articulação nacional em defesa do Banco do Brasil. A primeira ação foi a elaboração de uma publicação que detalha a importância deste para todos os brasileiros e brasileiras, e mostra seu impacto para os municípios e o crédito rural.



Kleyton Moraes-
Líder Sindical. Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília.





CERRADO

PEQUENA CRÔNICA AINDA SOBRE O CERRADO

Altair Sales Barbosa



Fisiograficamente o Brasil possui sete grandes matrizes ambientais, que foram denominadas por Ab'Saber em 1977 como Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos. Outros estudos as denominam Biomas, embora o conceito de bioma não seja muito apropriado, pois tende a enfatizar ou realçar um clímax vegetacional, muitas vezes não corroborado pela história evolutiva do espaço em questão.

A partir de 1992, Barbosa tem sugerido a utilização do conceito biogeográfico, classificando cada grande matriz ambiental como um sistema, que engloba diversos subsistemas, destacando ainda os microambientes específicos existentes em cada subsistema.

Um sistema biogeográfico envolve um conjunto de fatores atmosféricos, hidrosféricos, litosféricos, biosféricos, incluindo nestes as populações humanas. E ainda, elementos da gravitação, formas de relevos, regimes climáticos e efeitos solares. Esses fatores se nos apresentam intimamente interligados, e a modificação em qualquer deles provoca modificação no sistema como um todo. As diferentes configurações do sistema se mostram como subsistemas interatuantes.

Essas grandes matrizes ambientais podem ser agrupadas da forma seguinte: Sistema Biogeográfico Amazônico; Sistema Biogeográfico Roraimo-Guianense; Sistema Biogeográfico das Caatingas; Sistema Biogeográfico Tropical Atlântico; Sistema Biogeográfico dos Planaltos Sul-Brasileiros; Sistema Biogeográfico das Pradarias Mistas Subtropicais; e, por último, temos o Sistema Biogeográfico do Cerrado.

Atualmente o modelo fisiográfico sofreu modificações, por questões não ambientais, mas de geopolítica ou, especificamente, políticas e econômicas. Para ilustrar, citamos o caso do Pantanal Mato-Grossense, que não passa de um subsistema integrante do Sistema do Cerrado, mas como existe um movimento social crescente para incluir o Cerrado como Patrimônio Nacional, movimento este, que entra em contradição com o Planejamento Econômico do Brasil, que considera o Cerrado área de expansão da fronteira agrícola, desmembrou-se o Pantanal deste ambiente, transformando-o em Patrimônio Nacional, fato que não significa que esteja livre da expansão agropastoril, trata-se apenas de uma ilusão ou artifício.

O Sistema Roraimo-Guianense, apesar de possuir uma vegetação de gramíneas, passou a integrar o Sistema Amazônico. Da mesma forma que o Sistema dos Planaltos Sul-Brasileiros, que ostenta um velho manto de araucárias e se encontra em terras altas subtropicais, passou a integrar o Sistema Tropical Atlântico. Como se percebe a atual classificação não reflete o que representam as matrizes ambientais do Brasil.

O Sistema Biogeográfico do Cerrado está situado nos planaltos centrais do Brasil, onde imperaram climas tropicais de caráter subúmido, com duas estações - uma seca, outra chuvosa. Constitui o grande domínio do Trópico Subúmido, coberto por uma paisagem que constitui um mosaico de tipos fisionômicos que varia desde campos até áreas florestadas.

Estas sete matrizes ambientais formam, na maior parte dos casos, intrincados sistemas ecológicos interdependentes. O sistema do Cerrado, dos chapadões centrais do Brasil, pela posição geográfica, pelo caráter florístico, faunístico, geomorfológico e pela história evolutiva, constitui o ponto de equilíbrio desses variados ambientes, uma vez que se conecta, por intermédio de corredores hidrográficos, com esses e com outros ambientes continentais.

Os chapadões centrais do Brasil, cobertos pelo Sistema Biogeográfico do Cerrado, constituem a cumeeira do Brasil e também da América do Sul, pois distribuem significativa quantidade da água que alimenta as principais bacias hidrográficas do continente.

O Cerrado abrange os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Inclui a parte sul e leste de Mato Grosso, oeste da Bahia, oeste e norte de Minas Gerais, sul e leste do Maranhão, grande parte do Piauí e prolonga-se, em forma de corredor, até Rondônia e, de forma disjunta, ocorre em certas áreas do Nordeste brasileiro e em parte de São Paulo.

Ecologicamente, relaciona-se às Savanas, e há quem afirme que o Cerrado seja configuração regionalizada destas. Entretanto, este ambiente possui uma história evolutiva muito diferente das savanas africanas e australianas. No Brasil, o Cerrado e os campos recebem denominações diferentes, de acordo com a região: Gerais, em Minas e Bahia; Tabuleiro, na Bahia e outras áreas do Nordeste; e ainda Campina, Costaneira e Carrasco, dependendo da região.

Nenhuma dessas designações populares reflete sua totalidade ecológica, referindo-se apenas a uma modalidade fisionômica, às vezes associada a uma ou outra configuração geomorfológica. Por essas razões, o paradigma puramente botânico não tem sido suficiente para demonstrar a totalidade e a importância ecológica do Cerrado, já que destaca ou enfatiza apenas parcelas fragmentadas de sua composição. Quando isso acontece, o caráter da biodiversidade, elemento marcante da ecologia do Cerrado, não recebe a importância merecida, nem sequer pode ser compreendida em seus aspectos fundamentais.

A utilização do paradigma Biogeográfico tem demonstrado ser um referencial de grande importância para que se possa entender o Cerrado, em sua globalidade. Compreendendo os



Foto: divulgação

diversos matizes, tanto abertos e ombrófilos como subsistemas interatuantes e integrantes decisivos de um sistema maior, o conceito Biogeográfico tem ressaltado a importância que o Cerrado exerce para o equilíbrio dos demais ambientes do continente, além de demonstrar que a principal característica da sua biocenose é a interdependência dos componentes aos diversos ecossistemas.

O Cerrado exerceu papel fundamental na vida das populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas interioranas do continente sul-americano. Na região do Cerrado, essas populações desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedades bem definidas, em que a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organização espacial e social com características peculiares.

Os processos culturais indígenas, que se seguiram a este modelo, trouxeram pouca modificação à fisionomia sociocultural e, embora ocorresse o advento da agricultura incipiente, exercida nas manchas de solo de boa fertilidade natural existentes no Cerrado, a caça e a coleta, em particular a vegetal, ainda constituíam fatores decisivos na economia dessas sociedades.

A partir do século XVIII, o panorama regional começou a sofrer sensíveis modificações, com o incremento da colonização, que se embrenha pelo interior do País, em busca de ouro, pedras preciosas e índios escravos. Nesse contexto, e a partir dessa data, surgiram os primeiros aglomerados urbanos, e a exploração mais intensa dos recursos minerais

que começava a se incrementar já provoca os primeiros sinais de degradação. Findo o ciclo da mineração, a região do Cerrado permaneceu economicamente dedicada à criação extensiva de gado e à agricultura de subsistência.

O isolamento que a região manteve em relação às áreas mais populosas e economicamente dinâmicas do Brasil, até meados da década de 1960, fez com que este quadro permanecesse basicamente inalterado, fato que a implantação de Brasília alterou consideravelmente, desestruturando os sistemas sociais implantados e causando entropias de ordem biológica e geológica.

O potencial agrícola que o Cerrado demonstra, associado ao fato de ser uma das últimas reservas da Terra capaz de suportar, de modo imediato, a produção de grãos e a formação de pastagens, ligado ao desenvolvimento das técnicas modernas de cultivo, tem atraído recentemente grandes investimentos e criado modificações significativas, do ponto de vista da infraestrutura de suporte.

O fato da não existência de uma política global para a agricultura tem provocado o êxodo rural e o crescimento desordenado dos núcleos urbanos. Todos esses fatores, em seu conjunto, têm como consequências situações nocivas ao meio ambiente natural e social, com perspectivas preocupantes.



Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.



QUEM VACINARÁ OS PALESTINOS?

Emir Sader

A vacinação, em escala mundial, se ressent das imensas desigualdades, que só aumentam com a pandemia. Mas a definição da prioridade para os trabalhadores da saúde pública e para os idosos têm permitido dar certa ordem correta no começo da vacinação, situação delicada também pela pequena quantidade de vacinas disponíveis por enquanto. Podemos ver, todos os dias, até aqui, idosos, que nunca tiveram prioridade em nada, serem os primeiros a ser vacinados.

Mas pelo mundo agora, a busca de vacinas é filtrada pelo poder aquisitivo de cada país, privilegiando sempre a Europa, os Estados Unidos e o Japão. A OMS criou um fundo para buscar recursos para os países da África, da Ásia e da América Latina que não tenham condições de comprar as vacinas de que necessitam.

Um caso particular é o da Palestina, que chama mais ainda a atenção, porque, em todas as classificações de desempenho na vacinação, Israel ocupa o primeiro lugar, pela porcentagem da população já vacinada. Acontece que não se menciona a decisão do governo israelita de excluir os palestinos na vacinação.

A Palestina é um território ocupado militarmente por Israel. Além de que 20% da população de Israel

é composta por palestinos, que se deslocaram para viver lá, pela inviabilidade econômica dos territórios palestinos, pela sua ocupação e fragmentação desses territórios pela presença de acampamentos de israelitas.

Enquanto Israel tem o direito a um Estado, os palestinos não têm seu Estado reconhecido. Não recebem vacinas, nem talvez tivessem condições de administrar a vacinação, especialmente na Faixa de Gaza, território completamente cercado por Israel.

É como se, digamos, os Estados Unidos desenvolvessem um processo muito efetivo da vacinação, porém excluindo sua população negra, e fossem elogiados pela porcentagem da população branca vacinada.

Quem elogia o desempenho de Israel, sem mencionar a exclusão dos palestinos, é cúmplice do apartheid de que são vítimas os palestinos.

Quem se responsabiliza pela vacinação dos palestinos?



Emir Sader

Sociólogo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



CONSCIÊNCIA NEGRA

**PARA TODA OPRESSÃO,
SEJAMOS RESISTÊNCIA!**

Iêda Leal



A luta das mulheres, já tão árdua, se intensificou na pandemia da Covid-19. Sobre a percepção de violência, 91% das mulheres acreditam que a violência doméstica aumentou durante o período de isolamento social. O dado consta de pesquisa recente realizada pela organização feminista SempreViva.

Nem tempo nós temos para vivenciar o luto que se abateu sobre os lares de muitas. Enquanto perdemos nossos velhos e outros entes queridos, temos de continuar fortes para fazer a luta e não desistir da vida. Choramos as perdas e acordamos no dia seguinte para enfrentar o machismo, o racismo, a LGBTfobia...

Se tem uma coisa que essa pandemia nos mostrou é que o cuidado está no centro da sustentabilidade da vida. E é fundamental que nos mantenhamos à tona, inclusive no aspecto financeiro. As desigualdades raciais e de renda marcam a vida e o trabalho das mulheres desde sempre e por isso mesmo a nossa resistência precisa ser diária.

Sim, os velhos problemas continuam atuais. Embora os índices de escolaridade sejam melhores entre as mulheres, a diferença de rendimentos entre elas e os homens foi de R\$ 560 em 2019, dado mais atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mesmo IBGE deixa claro que alçar posições de maior tomada de decisão não parece ser suficiente para solucionar as desigualdades, uma vez que, entre os diretores e gerentes, a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres é mais elevada.

A eleição de mulheres para os cargos legislativos apresenta melhora discreta, mas ainda está longe de corresponder à metade feminina da população brasileira. A maior participação nesses cargos é importante não apenas em termos de representatividade, mas para aumentar as chances de pautar a formulação de políticas públicas de suporte às agendas de promoção de equidade, de acesso a oportunidades e de proteção contra violência doméstica, assédio e abusos de toda ordem.

Vamos em frente portanto, sem soltar a mão de ninguém. Mas para isso precisamos sobreviver. Nunca ficou tão evidente essa necessidade como neste momento em que a expressão é dolorosamente aplicada à realidade de todo dia.

Mantenhamos o distanciamento social, mas sem abdicar da luta, que só ela nos garante.



Iêda Leal - Coordenadora Nacional do MNU, Ativista Sindical SINTEGO/CNTE/CUT.



AFRODITE: MÁRMORE QUE RESPIRA

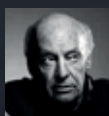
Eduardo Galeano

Afrodite foi a primeira mulher nua na história da escultura grega.

Praxiteles a talhou com a túnica caída aos seus pés, e a cidade de Cós exigiu que ele a vestisse. Mas outra cidade, Cnido, deu-lhe as boas-vindas e ofereceu um templo para ela; e em Cnido viveu a mais mulher das deusas, a mais deusa das mulheres.

Embora estivesse trancada e muito bem custodiada, os guardas não conseguiram evitar a invasão dos loucos por ela.

Num dia como o de hoje, farta de tanto acossamento, Afrodite fugiu.



Eduardo Galeano
(1940–2015) – Jornalista
e escritor uruguaio.





MAMA COCHA:

A DEUSA INCA DE TODAS AS ÁGUAS

— Zezé Weiss

Mama Cocha é a deusa inca de todas as águas. Dona do mar e de suas marés, Mama Cocha também reina sobre as águas dos rios, dos lagos e de todas as fontes de água doce.

Esposa do deus supremo dos Inca, Viracocha, os mananciais são todos seus filhos. Mama Cocha era a deusa de tudo que era feminino, a deusa que dava equilíbrio ao mundo conhecido.

Os Inca tinham quatro mães elementares: Pacha Mama, Mama Nina, Mama Waira e Mama Cocha, a filha do Sol e da Lua.



Zezé Weiss -

Adaptação das versões da lenda disponíveis na Internet.

Pintura: Lisa Hunt / divulgação





**QUEM MANDOU MATAR
MARIELLE FRANCO?
E POR QUÊ?**

JUSTIÇA POR MARIELLE E ANDERSON





Marielle Franco
e Anderson Gomes
3 anos de um
crime bárbaro
14/03/2021

<http://www.lojaxapuri.info/>





IMIGRANTES NO ACRE: UMA CARGA EXPLOSIVA

____ Marcos Jorge Dias

A PORTA ABERTA DA AMÉRICA LATINA

A cidade de Assis Brasil, distante 345 Km da capital do Acre, Rio Branco, desde 2010 se tornou a porta de entrada de imigrantes de várias nacionalidades, mas principalmente de haitianos que deixam seu país, desde o terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, deixando cerca de 300 mil mortos, mais de 300 mil feridos e 1,5 milhão de pessoas desabrigadas no país mais pobre das Américas. (Dados: Agência Brasil - 12/01/2020).

À época, o governo do estado do Acre estabeleceu uma política humanitária de acolhimento aos imigrantes. Foram criados abrigos nas cidades de Brasileia e Rio Branco onde, além de três refeições diárias, uma equipe multidisciplinar providenciava a regularização dos estrangeiros por meio da emissão do Cadastro de Pessoa Física - CPF e da carteira de Trabalho, documentos necessários para que pudessem trabalhar e se estabelecer em várias regiões do Brasil.

Essa "facilidade" acabou por atrair outros imigrantes (africanos de diversos países) e, por último, venezuelanos que, fugindo da crise econômica e política daquele país, consolidaram a rota migratória que atravessa o Equador e o Peru até chegar a Assis Brasil.

IMIGRAÇÃO REVERSA

Com a atual crise econômica brasileira e a pandemia, os imigrantes desde o ano passado estão deixando o Brasil pela mesma rota. Chegam a Rio Branco em ônibus ou avião e vão até a fronteira com o Peru, de onde partem "em busca dos seus sonhos", como disse uma haitiana acampada na ponte da integração que liga o Brasil ao Peru na cidade de Iñapari.

O fluxo de imigrantes aumentou nas últimas semanas em razão da fala do atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que derrubou medida de seu antecessor, Donald Trump, que vetava a entrada de alguns imigrantes, principalmente os que estão em abrigos no México.

A notícia criou um "frisson" nos muitos estrangeiros que já estavam desempregados e vivendo, sozinhos ou com a família, em abrigos nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil.

UMA SITUAÇÃO EXPLOSIVA

Em razão da pandemia do COVID-19, o Peru fechou a fronteira, permitindo somente a passagem de caminhões com alimentos (pacto comercial Brasil-Peru-Bolívia) e combustíveis que abastecem o departamento de Pando, na Bolívia, inclusive os geradores de energia.

Um grupo de imigrantes, ansiosos por sair do Brasil e chegar ao México, por onde acreditam que poderão entrar aos Estados Unidos, foram até o posto aduaneiro da cidade de Iñapari - Peru, tentando conseguir um "permiso" para cruzar o país e chegar ao Equador. Contudo, por não terem o registro de saída do Brasil feito na Polícia Federal, não terem exames negativos para Covid-19 e por muitos não estarem usando máscaras (o que é obrigatório), as autoridades peruanas locais usaram da força policial para fazer com que o grupo retornasse até a ponte da integração, no lado brasileiro.

Desde então, o grupo permanece no local. G. ("G de gato" como ele mesmo preferiu identificar-se), haitiano procedente de Porto Alegre - RS, que não se deixou fotografar (assim como a maioria), e, numa mistura de "portunhol" e "spanglish", falou que não há uma liderança na decisão do movimento de fechar a ponte. Mas afirmou que eles irão permanecer no local até que a situação seja resolvida; também fez questão de esclarecer que não há conflitos entre os grupos de diversas nacionalidades.

Contudo, percebemos que há uma organização de revezamento entre eles e que a comunicação é feita através dos celulares, de modo que na ponte sempre haja mulheres, crianças e homens, preparados para resistir em caso de alguma ação que os obrigue a sair.

Posteriormente, quando conversamos com um membro da Polícia Rodoviária Federal, fomos informados que até aquele momento não havia nenhuma ordem para que a PRF, ou nenhuma outra força presente no local, para removê-los e liberar a ponte. O que os policiais estão fazendo é dialogando com os manifestantes de modo pacífico e educado, zelando pela ordem, segurança e boa convivência entre os diversos grupos.



UMA BABEL COM MUITAS HISTÓRIAS

Nas visitas que fizemos aos dois abrigos organizados pela prefeitura a tensão é perceptível e impera a Lei do silêncio. Tentamos conversar com algumas mulheres sobre a situação do fechamento da ponte e sobre quem liderava o movimento, mas elas se negaram a falar. Ainda assim, soubemos que um senegalês havia sido retirado de um dos abrigos por ter sido ameaçado de morte por um outro grupo de africanos.

No abrigo da Escola Edilza Maria Batista, conversamos com os primos Merianréne (26) e Joseph (28), haitianos. Ele fala francês, algumas frases em espanhol e português; vieram de Belo Horizonte – MG, onde estavam há 1 ano e sete meses; ela e o marido ficaram sem trabalho e sem condições de mandar ajuda para os três filhos que vivem com a mãe dela no Haiti; Joseph trabalhava como operador de máquina rolo (compactação de asfalto), mas o que ganhava trabalhando desde às 7 horas da manhã e sem horário para sair, não dava para viver e ajudar a mãe no Haiti, que depende totalmente do pouco dinheiro que ele manda. *“Aqui não tem vida. Nós ir México e Estados Unidos pá uma vida melhor”*; finaliza Merianréne, em um embolado de português europeu e francês crioulo.

Também conversamos com Julia (34); ela e o marido, os dois de Angola, estão no Brasil há 3 anos e têm um filho de 2 anos e alguns meses, nascido no Brasil. Estavam em São Paulo, mas ficaram sem trabalho, sem condições de pagar aluguel, e foram morar em um abrigo. Mas lá tudo é muito pior para eles saírem do Brasil. Em avião desde São Paulo é muito caro e o visto para entrar nos Estados Unidos também. Eles não podem pagar. Assim, vieram para a rota dos “coiotes” porque (acreditam) não precisa de visto.

Edina (25), haitiana com o marido e o filho também sonha ir para o México e de lá conseguir entrar nos Estados Unidos. A vida aqui no Brasil é muito difícil para eles, disse ela num português fragmentado, enquanto tinha a ficha de cadastro preenchida pela assistente da coordenação do segundo abrigo visitado (Escola Iris Célia Cabanellas Zanini).

PROVA DE FOGO

O professor Jerry Correia Marinho (37), eleito para um primeiro mandato pelo Partido do Trabalhadores (PT), tem em seus primeiros dias de gestão uma verdadeira prova de fogo: administrar uma área de 4.974 km² com 7.534 habitantes em uma região de fronteira: Bolpebra (Bolívia), Iñapari (Peru) e limites com os municípios brasileiros de Brasileia e Sena Madureira, conforme dados estatísticos do IBGE/2020.

Além dos problemas já existentes em um município com baixa arrecadação de tributos e economia baseada, ainda, no extrativismo, no pequeno comércio e no pouco turismo, o prefeito agora está tendo que lidar com o grande fluxo migratório que está enchendo a cidade de estrangeiros que desejam sair do Brasil pela rota migratória Peru-Ecuador, retidos por conta do fechamento da fronteira.

Ante a emergência, a equipe da Secretaria de Assistência municipal está atendendo os imigrantes que chegam à cidade. São duas escolas servindo de abrigo, uma equipe multidisciplinar (secretaria de educação, de saúde, de assistência social e servidores da prefeitura) para cadastrar, orientar os recém-chegados, e 12 merendeiras que se revezam para fazer e servir em torno de 1.500 refeições diárias (café, almoço e janta). Nas salas, onde dormem, há ventiladores e aparelhos de ar-condicionado, que podem ser ligados à noite.

De acordo com os dados fornecidos pelo coordenador dos abrigos, Bruno Fiales, havia 104 abrigados na escola Edilza Batista, 217 na Iris Célia e na ponte estão acampadas outras 50 pessoas (entre homens, mulheres e crianças). Para os que estavam no acampamento de bloqueio da ponte, as refeições estavam sendo feitas na cantina de uma terceira escola, a Simón Bolívar. São números que só tendem a crescer.

A observadora do Centro de Defesa e Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP/Ac, Júlia Feitoza, que participou da reunião do prefeito com os caminhoneiros, a PRF, a Polícia Federal e a Força Nacional, relatou que o encaminhamento tirado para a solução do impasse criado pelos imigrantes na ponte da integração seria a remoção por mandado judicial do grupo que lá está acampado.

Porém, de acordo com a orientação do advogado Gomercindo Rodrigues, é necessária a presença de um Comitê de gerenciamento de conflitos, formado por integrantes do Governo Federal e estadual, para liberar o tráfego na ponte e ao mesmo tempo garantir que isso seja feito de maneira pacífica. O Comitê deverá, também, cuidar dos trâmites legais para a saída dos imigrantes.

Para que Assis Brasil não venha a se transformar em uma zona de guerra, Jerry Correia, que já está sendo pressionado pelos munícipes pela solução dos problemas para os quais ele foi eleito e agora, também, pelos caminhoneiros que estão parados nos dois lados da fronteira, terá de usar de muita diplomacia para provar que é um gestor tão bom quanto é a sua reputação de professor.



Marcos Jorge Dias –
Escritor. Poeta.



BUCHADA

Rachel de Queiroz

Com o estômago, raspado por dentro e bem limpo, faz-se um saco, que se recheia com a tripa, muito bem temperada e raspada miudinho. Essa tripa já deve ter sido esvaziada, virada pelo avesso com o auxílio de uma vara fina e bem lavada.

Todas as vísceras devem ser muito bem lavadas, esfregadas com limão e temperadas com cebola, coentro, cebolinha, vinagre e sal, o tempero básico de tudo.

Do caldo cozido faz-se o pirão escaldado (bem mole), que acompanha as carnes. O que for cozido, serve-se com pirão. As partes assadas, com arroz e farofa.

Os caprinos (bode castrado e cabra) são menos apreciados que o carneiro, mas são mais frequentes no cardápio diário do sertanejo. O bode que os matutos chamam "o comer de pobre" é a carne mais acessível de que se dispõe lá.

O roubo de bode é dos mais comuns do sertão, já que não se costuma "assinar" o caprino com um corte nas orelhas, assim como se faz com as ovelhas.

Nas nossas fazendas não é comum abater-se um boi, salvo nas grandes festas, como vaquejadas ou alguma comemoração especial.



Rachel de Queiroz – Escritora, em *O Não Me Deixes – Suas Histórias e Sua Cozinha*, Editora Siciliano, 2000.



INSPIRADOR PEIXE-MOCINHA-ONÇA RECÉM-DESCOBERTO EM BRASÍLIA

Marcelo Roberto Souto de Melo



O Brasil é o país com maior diversidade de peixes no mundo, com mais de 5,8 mil espécies de habitam os nossos rios, lagos, brejos, igarapés, veredas e arroios, além de mares, estuários e manguezais, ilhas e regiões oceânicas. Com tanta riqueza, é natural que muitas dessas espécies ainda não sejam devidamente estudadas e ainda sejam desconhecidas para a ciência.

Ao contrário do que muitos pensam, não é apenas nas expedições às áreas remotas da Amazônia ou nas profundidades do oceano que são descobertas novas espécies. Em um estudo realizado por pesquisadores do Instituto Oceanográfico da USP (Prof. Dr. Marcelo Melo), da Reserva Ecológica do IBGE (Dr. Mauro Ribeiro) e do Museu de Zoologia da UNICAMP (Dr. Flávio Lima), uma nova espécie foi descoberta no coração da Capital Federal, em Brasília!

O gênero *Characidium* é composto por pequenos peixes, de 3 a 15 cm de comprimento, popularmente conhecidos como peixes-mocinhas ou peixes-charutinhos. Atualmente, são conhecidas cerca de 80 espécies, distribuídas em praticamente toda a América do Sul e em parte da América Central.

Esses peixinhos são típicos habitantes de riachos e córregos de águas cristalinas, tendo preferência por locais com cachoeiras, cascatas e corredeiras. Por não serem pescados, são pouco conhecidos pela maioria da população, mas é só olhar com atenção em um local de cachoeira que lá estão eles, bem próximos às pedras, em busca de pequenos invertebrados aquáticos que lhes servem de alimentação.

O Distrito Federal encontra-se em uma área privilegiada com muitos córregos, rios de médio porte, lagoas naturais, lagos artificiais e veredas, que drenam para as principais bacias da América do Sul: no norte, para o rio Maranhão, bacia do rio Tocantins; no leste, para o rio Preto, bacia do rio São Francisco; e nas áreas central, sul e oeste, para a bacia do alto rio Paraná. Esse cenário faz com que o Distrito Federal tenha uma incrível diversidade de peixes, com mais 350 de espécies nativas, inclusive de peixes-mocinhas!

A descoberta dessa nova espécie é resultado de um trabalho de monitoramento da fauna e flora realizado desde a década de 1980 e que se estende até os dias de hoje. Com os exemplares coletados no Distrito Federal e entorno e preservados para estudos científicos, foi montada uma coleção de referência que serve de base para diversos tipos de pesquisas sobre biodiversidade e conservação do Cerrado.

A partir de um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi realizado um estudo focado nas espécies de peixes-mocinhas de Brasília. A descoberta foi publicada em janeiro de 2021, na revista científica *Neotropical Ichthyology*, da Sociedade Brasileira de Ictiologia.

Duas coisas nos chamaram muita atenção nesse peixinho. A primeira foi o colorido dourado intenso e com pequenos pontos pretos, que nos remeteu ao maior felino das Américas, a onça-pintada, que foi descrita pelo famoso naturalista Carl Linnaeus em 1758 como *Panthera onca*. Então, batizamos essa espécie, em homenagem ao felino, como *Characidium onca*, ou peixe-mocinha-onça. A segunda, foi o fato de o peixe-mocinha-onça ser encontrado apenas nos tributários do córrego Taquara, localizado dentro da Reserva Ecológica do IBGE.

Apesar deste riacho ser localizado dentro de uma área de preservação, a espécie é muito vulnerável aos impactos antropogênicos de uma área urbana, tais como a presença de espécies de peixes não nativas na bacia (tilápia, carpa, bagre-africano); a pressão imobiliária no entorno do Jardim Botânico, Reserva Ecológica do IBGE e Estação Florestal Experimental da UNB; o aquecimento global que, em Brasília, substituiu aquelas madrugadas e manhãs frias por um calorão com temperaturas acima de 30°C; e o aumento da captação de água dos córregos e represas além do lençol freático, que resulta numa crise hídrica que já se estende por alguns anos e se acentua nos meses de seca, de maio a setembro.

Dessa forma, o belo peixe-mocinha-onça acaba de ser descoberto, mas já sofre risco de desaparecer em breve, sendo, portanto, considerado Criticamente Ameaçado de Extinção. Chama a atenção que as ameaças que afetam a existência dessa espécie são as mesmas que afetam a qualidade de vida de todos os brasilienses. Ou seja, o peixe-mocinha-onça funciona como um bioindicador do que está acontecendo com a gente e serve como um alerta sobre a importância de se preservar o Cerrado nativo e os corpos d'água.

A descoberta de uma nova espécie tão ameaçada não deve ser vista com tristeza, mas como uma fonte inspiração: para que brasilienses passem a admirar não apenas a beleza arquitetônica projetada por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, mas também a riqueza natural das cachoeiras e do Cerrado; para que essa espécie se torne mais um dos símbolos para a preservação ambiental; e para a formação de novas gerações de brasilienses biólogos, geógrafos, químicos, físicos, oceanógrafos e, claro, professores de ciência.



Marcelo Roberto Souto de Melo – Biólogo. Para saber mais: Melo, M.R.S.; Ribeiro, M.C.L.B. & Lima, F.C.T. 2021 A new, narrowly distributed, and critically endangered species of *Characidium* (Characiformes: Crenuchidae) from the Distrito Federal, Central Brazil. *Neotropical Ichthyology*, 19(1): e200061. <https://doi.org/10.1590/1982-0224-2020-0061>



**Mais de 80% dos
empréstimos
com prazo acima de
5 anos são feitos pelos
bancos públicos.**

**O governo quer desmontar
o BB, Caixa, BNDES.**

**Apoie a campanha em
defesa dos bancos
públicos.**



SÓ O BB E BANCOS PÚBLICOS FINANCIAM DESENVOLVIMENTO

Cleiton dos Santos

Não deixe que o governo e o Congresso acabem com eles

O governo Bolsonaro está impondo reestruturação que fecha centenas de agências e demitem 5 mil funcionários, visando desmontar o Banco do Brasil. Iniciativas visando a privatização são tomadas também na Caixa Econômica Federal, no Banco da Amazônia, Banco Nordeste do Brasil e BNDES.

Na Câmara, o deputado Kim Katiguiri (DEM-SP) apresentou projeto de privatização do Banco do Brasil.

Os bancos públicos são fundamentais para os brasileiros e para o desenvolvimento do Brasil. Veja por que:

• BB é quem mais empresta para financiar agricultura e pecuária

BB é responsável por 67% do crédito à agropecuária no Brasil.

Em 2020 R\$ 27 bilhões foram destinados à agricultura familiar, via PRONAF. Os pequenos agricultores produzem 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

BB e BNB financiam os pequenos. Bancos privados só emprestam para os grandes.

BB empresta recursos da poupança, depósitos à vista e LCA. Bancos privados preferem usar dinheiro para especular no mercado financeiro em vez de emprestar à agricultores.

Graças aos empréstimos do BB, o Brasil se tornou o segundo maior produtor e exportador de alimentos do Mundo e deve se tornar o 1º nos próximos anos.

• Caixa e BB são responsáveis por 77% dos financiamentos imobiliários (R\$ 784bi) no Brasil

Caixa (70%) e BB (7%) emprestam R\$ 600 bilhões para as famílias brasileiras realizarem o sonho de comprar sua casa própria.

Caixa e BB fornecem mais de 90% dos financiamentos imobiliários nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil. No Sudeste, mais de 60%.

Bancos privados emprestam para famílias mais ricas. BB e Caixa, para todos.

• BNDES, BB e Caixa financiam modernização da infraestrutura brasileira

Bancos públicos fazem financiamento de longo prazo para construir usinas geradoras de energia, metrô, corredores de ônibus, ferrovias, modernização de aeroportos, construção e recuperação de estradas, tratamento de esgoto, captação de água.

Bancos privados só emprestam para lucrar no curto prazo.

Mais de 80% dos empréstimos com prazo acima de 5 anos são feitos por bancos públicos.

Em 2001 a capacidade instalada de energia elétrica no Brasil era de 76 GW. Em 2020, de 174 GW. Financiamentos do BNDES, BB e Caixa. Sem isso, seria apagação atrás do outro.

• BB e bancos públicos estão presentes em todo o Brasil

Dos 5.570 municípios brasileiros, 3.256 tem agências bancárias. Em 990 destes só tem agência do BB e/ou dos bancos públicos.

BB e os bancos públicos têm agências espalhadas por todo o Brasil, para atender a toda a população. Os bancos privados se concentram nas regiões e cidades mais ricas.

• Bancos públicos reduzem desigualdades. Bancos privados concentram riqueza

Bancos públicos são responsáveis por 80% a 90% das operações de crédito nas regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Bancos privados concentram 70% de suas operações no Sudeste.

BB e Caixa levam crédito a regiões menos desenvolvidas. Bancos privados captam depósitos em todo o Brasil e aplicam no Sudeste, principalmente em São Paulo.

BB e bancos públicos concentram as contas de poupança da população menos favorecida e aplicam na agricultura e financiamento imobiliário. Bancos privados privilegiam correntistas de mais posses.

BB e Caixa levam renda emergencial, programas sociais e empréstimos às micro e pequenas empresas (PRONAMPE) de todo o Brasil

• Bancos públicos incentivam crescimento econômico com emprego e renda

Financiar agricultura, casa própria, indústria e infraestrutura são atividades dos bancos públicos para gerar emprego e renda.

De 2008 a 2015, BNDES emprestou R\$ 225 bilhões por ano em média. A partir de 2016, emprestou só R\$ 75 bilhões por ano.

Em 2013, investimentos eram 21% do PIB. Em 2014 Brasil teve menor desemprego da História.

Em 2019, investimentos caíram para 15,4% do PIB. Desemprego subiu para 14%.

Sem banco público, investimentos secam, economia patina, empregos somem, salários caem.



Cleiton dos Santos – Presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN)





PERFIL

ERIKA KOKAY: PAÍS DE OUTROS MARES

Jaime Sautchuk

Foto: divulgação



Com 15 anos de idade, ela e seis dos seus oito irmãos se enfiaram na Kombi de seu pai e enfrentaram mais de uma semana de estrada na extensa rota entre Fortaleza, no Ceará, e Brasília, onde iriam morar a partir daquele ano de 1975. Na sua cabeça ainda meio infantil, borbulhavam ideias sobre como poderia ser uma cidade sem mar e suas praias, tão marcantes na vida dos cearenses, como ela.

Hoje deputada federal, em terceiro mandato, Erika Jucá Kokay (PT-DF) se lembra de detalhes da viagem e do começo de uma nova vida, bastante diferente, mas numa linha já traçada. “Eu achava que não ia me acostumar à vida daqui, porque não tinha mar e eu achava que a vida sem mar não daria certo, pois os espaços são outros, as relações são diferentes”, lembra ela. E arremata, de pronto: “Mas eu logo

descobri que aqui tem outro mar, muito sólido, que nos protege, que é o céu azul no horizonte”.

A infância na capital cearense foi muito lúdica, segundo ela conta:

– Meu avô pegou a propriedade dele e dividiu pros filhos, e meu pai comprou mais um terreno do mesmo tamanho, ali junto, onde tinha um verdadeiro pomar. Era um bairro distante da cidade – agora está mais adensado, já virou cidade. Então, nós vivíamos assim, muito soltos, brincando com primos e primas, todo mundo muito unidos, muito amigos.

A iniciação política estava dentro de casa, com seu pai e sua mãe, pessoas muito fortes e aguerridas no que faziam. Viveram 58 anos juntos, movidos pela solidariedade, por conceitos éticos, pelo apoio mútuo – e pelos versos que o pai publicava em livretos. O pai era, em verdade, engenheiro agrônomo e trabalhava na Embrater, empresa pública de extensão rural, onde ele criou a profissão de agente rural. Era um programa que formava pessoas da comunidade pra exercerem a liderança, assumindo o poder nas tarefas do seu grupo social, sem precisar de apoio externo. Nas refeições, em casa, era comum ele lembrar aos filhos que “tem muita gente neste país que não tem o que comer”, o que ajudou a despertar o compromisso social em toda a prole.

1976, Erika passou no vestibular da Universidade de Brasília (UnB) e logo se engajou no movimento estudantil e, no ano seguinte, ajudou a organizar uma greve que foi severamente reprimida pela polícia, convocada pela reitoria reacionária que tomava conta daquela instituição federal. Era plena ditadura militar e as lideranças do movimento grevista, inclusive ela, foram expulsas sumariamente.

Brasília ainda tinha uma população pequena e Erika resolveu, então, buscar novas oportunidades em São Paulo – passou no vestibular da Universidade de São Paulo (USP), também pública, e logo se engajou na política estudantil. Foi uma das lideranças da grande passeata de 1978, um marco histórico na luta pelo fim do regime militar e retorno à democracia. Com a Anistia, porém, teve sua expulsão anulada e retornou ao curso de Psicologia na UnB e passou em concurso da Caixa Econômica Federal (CEF).

Entrou na Caixa em 1982 e logo enfrentou o que era tido como um problema grave, pois os funcionários da instituição não eram considerados bancários, eram chamados de “economiários” e não tinham acesso ao sindicato da categoria profissional. Participou, então, de um movimento vitorioso – com uma inédita greve – pela sindicalização e pelo direito à jornada de seis horas, em lugar de oito horas diárias. “Foi a reconstrução da CEF”, conta Erika. E, por esse caminho, ela ingressou na luta sindical.

O movimento sindical do Distrito Federal, à época, seguia os caminhos abertos pelos metalúrgicos de São Paulo, ia muito além da reivindicação de cunho trabalhista, pois tinha o conteúdo político da luta contra a ditadura. No caso específico, as campanhas

eleitorais vitoriosas pregavam a ideia de bancário-cidadão, que precisava se libertar das amarras impostas pelos bancos e participar de atividades sociais, o que seria feito pela abertura do sindicato às comunidades. Daí nasceu, por exemplo, segundo Erika, o Centro Cultural dos Bancários, um espaço de grande relevância no Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, ganhavam força no Brasil algumas bandeiras liberais, como a da privatização dos bancos públicos, no mesmo processo que entregou, a preços vis, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e tentava entregar, também, a Petrobras, os Correios e por aí afora. Ela descreve:

– O governo de Fernando Henrique Cardoso foi de grande opressão, mas a gente lutou o tempo todo em defesa dos bancos públicos, contra as privatizações, que eram os pilares da política econômica oficial de então.

Nas eleições de 1992, foi a primeira (e única) mulher eleita presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, o que se repetiu por dois mandatos. Depois, num processo continuado, se elegeu secretária-geral da Confederação Nacional dos Bancários e presidenta da CUT-DF. Na ocasião, ela chegou à conclusão de que poderia trocar a política sindical pela atividade parlamentar.

Foi eleita deputada distrital em 2002 e 2006, e esses dois mandatos na Câmara Legislativa do DF foram marcados pelo forte apoio às demandas dos movimentos populares. Presidiu as comissões de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor e teve atuação decisiva na apuração das denúncias de corrupção relacionadas ao escândalo da Caixa de Pandora, envolvendo políticos do Distrito Federal.

Nas eleições de 2010, passou a fazer política no plano federal, na Câmara dos Deputados, seguindo na luta em defesa dos direitos humanos, em todas as suas dimensões. Desde o início, integrou as comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Seguridade Social e Família. Presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nessa função, fez diligências em várias partes do país, investigando prefeitos e outros ocupantes de importantes cargos públicos, que levaram muitos envolvidos à prisão.

Entre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, requerimentos e outras iniciativas, Erika apresentou cerca de 600 proposições e relatou dezenas de outras. Em 2014 foi reeleita deputada federal com 92.558 votos. É casada com André há 31 anos e tem três filhos.



Jaime Sautchuk –
Jornalista. Escritor.

FERROVIA FERROGRÃO:

POVOS INDÍGENAS E MUNDURUKU EXIGEM DIREITO À CONSULTA PRÉVIA

— Ana Paula Sabino

O empreendimento da EF-170, também chamada de Ferrogrão, visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. O corredor a ser consolidado pela EF-170 e a rodovia BR-163 consolidará uma nova rota para a exportação da soja e do milho no Brasil. E afetará diretamente os territórios indígenas, especialmente dos povos Munduruku e Kayapó.

O trecho cumprirá um papel estruturante para o escoamento da produção de milho, soja e farelo de soja do estado de Mato Grosso, prevendo-se ainda o transporte de óleo de soja, fertilizantes, açúcar, etanol e derivados do petróleo.

“A Ferrogrão vem aumentar o desmatamento, aumentar produção de grãos, jogar mais venenos no rio, com isso vem a necessidade de fazer mais barragens e hidrelétricas que inundam as nossas florestas. Destroem nosso modo de vida. É um projeto que vai massacrar os povos indígenas”, alertou a liderança feminina Alessandra Munduruku.

O empreendimento é um dos maiores projetos na carteira de infraestrutura do governo. A Ferrogrão poderá ter 40 impactos socioambientais negativos, sendo 12 de “alta significância”, como risco de interferência em áreas de proteção permanente (APPs) e de contaminação dos recursos hídricos na região. Esses efeitos foram identificados na versão preliminar dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da ferrovia, que deverá ter 933 quilômetros em sua primeira fase, entre Sinop (500 km ao norte de Cuiabá) e Itaituba (PA).

“No aspecto físico, as atividades transformadoras precursoras de impactos de alta significância poderão comprometer cursos d’água por meio do assoreamento e da contaminação dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos)”, diz trecho do estudo.

Recém-protocolados no Ibama, responsável pelo licenciamento do projeto, os estudos indicam uma série de efeitos possíveis durante a etapa de obras: interferência em APPs, fragmentação de habitats, perturbação da fauna, redução do estoque de carbono e diminuição da flora nativa, em especial as espécies endêmicas raras e as ameaçadas de extinção.

O projeto da Ferrogrão está em análise, atualmente, no Tribunal de Contas da União (TCU). A expectativa do Ministério da Infraestrutura é fazer o leilão da ferrovia, no segundo semestre, e dar continuidade ao projeto.

Em fevereiro, lideranças indígenas dos povos afetados estiveram em Brasília e, junto com a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e as instituições parceiras da Rede Xingu+, participaram de uma audiência virtual, conversaram com o Ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União, relator do processo TC 037.044/2020-6, para expor as preocupações das comunidades em relação à Ferrogrão.

Os indígenas seguem mobilizados e protocolaram uma carta entregue no gabinete do ministro Aroldo Cedraz, Ministro Relator do processo no TCU. Leia a carta na íntegra:

CARTA CONJUNTA KAYAPÓ E MUNDURUKU AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Ministra Ana Arraes

Presidente do Tribunal de Contas da União

Excelentíssima Senhora,

Nós, lideranças indígenas do povo Kayapó Menkragnoti, da bacia do rio Xingu, e do povo Munduruku, da bacia do rio Tapajós, viemos hoje até este Tribunal para defender o nosso direito de Consulta sobre o projeto da Ferrogrão, que é o objeto da Representação 037.044/2020-6 e que ainda será analisada por esse Tribunal.

Nós tivemos de sair às pressas de nossas aldeias para vir até Brasília porque soubemos que a nossa Representação seria discutida hoje, dia 23 de fevereiro, e que a imprensa estava dizendo que ela já tinha sido arquivada sem nos escutar.

Viemos aqui para falar para a senhora e os demais senhores ministros que o Tribunal de Contas da União precisa cumprir com o seu dever de órgão de



Tatiane Klein-15

controle e impedir a continuidade de um projeto que despreza os direitos dos povos indígenas.

O Tribunal de Contas da União tem uma grande responsabilidade nas suas mãos, não pode decidir às pressas e muito menos sem antes escutar todas as partes. O projeto de concessão da Ferrogrão é de 69 anos, um erro na sua avaliação pode comprometer muitas gerações.

As decisões têm que ser tomadas com calma e tempo suficiente para escutar todos os envolvidos, principalmente os povos indígenas e as comunidades tradicionais das bacias dos rios Xingu e Tapajós onde se pretende instalar a ferrovia e todas as outras obras que a complementam como portos, hidrovias e estradas, entre outras.

Nós temos o direito de sermos consultados sobre o projeto da Ferrogrão, sobre sua viabilidade econômica, social e ambiental, antes de sua licitação e de seu licenciamento ambiental.

Os impactos dessa ferrovia e das demais obras a ela associadas envolvem impactos regionais que afetam nossos territórios, florestas, rios e, portanto, nossa própria forma de viver. O governo ainda não cumpriu com sua obrigação de demarcação e homologação de nossos territórios.

O próprio governo já reconheceu sua obrigação de nos consultar e fez a promessa, em 2017, de que somente enviaria o processo da Ferrogrão para o TCU depois de nos consultar.

O Tribunal de Contas da União precisa garantir que os processos de concessão respeitem as leis e os

direitos dos brasileiros. Os projetos de infraestrutura do governo têm que cumprir com o direito de consulta dos povos indígenas desde a fase de planejamento, e não depois da licitação dos projetos, ou apenas no contexto do licenciamento ambiental para discutir medidas de mitigação e compensação.

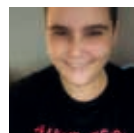
Sabemos que temos direito a participar das decisões públicas capazes de transformar nossos territórios e nossas vidas, queremos que o TCU faça valer nosso direito e não aceite que o governo avance na concessão da Ferrogrão sem nos consultar.

Os povos indígenas no Brasil já foram muito ofendidos por obras de infraestrutura decididas unilateralmente sem nos escutar. Nós não vamos aceitar mais esse tratamento e não aceitamos que o projeto da Ferrogrão continue dessa forma. Contamos com o bom senso do Tribunal em respeitar corretamente os direitos dos povos indígenas.

Atenciosamente,

Povos Indígenas Kayapó e Mundurucu

23 de fevereiro de 2021



Ana Paula Sabino - Jornalista.
Membro do Conselho Editorial da
Revista Xapuri

ENTRE A FOME E O VÍRUS

Tarso Genro



Estou bem próximo, numa rua erma, onde dois homens velhos conversam certamente sobre as dificuldades da arte de sobreviver. São dois homens de cabelos brancos, vestidos de maneira simples, defronte a uma casa pequena e antiga. É um bairro de pessoas pobres, onde fruir o escasso vento da manhã – do verão cada vez mais quente – é um privilégio. Um deles, que está sentado com a cabeça erguida, responde algo ao que está em pé.

Ao passar por eles escuto aquele que está em pé dizer ao que está sentado – atento e reverente – como um velho conhecido: “... é que temos que escolher entre morrer de fome ou morrer do vírus”. A sentença revela reverência e fatalidade, não prazer ou adesão. Nem admiração ou respeito. Mas acolhimento de uma ordem mítica, sobre a qual não pende nenhuma possibilidade de resistência ou alternativa.

Na sequência lembro uma fala de Walter Benjamin sobre o nazifascismo e a guerra: “No piloto e chefe de um único avião com bombas de gás, convergem todos os poderes capazes de privar o cidadão de luz, de ar e de vida, e que em tempos de paz estão distribuídos por milhares de chefes de repartição.” O Fascismo cria sua fatalidade mítica na razão invertida da palavra do líder: a razão iluminista pisa nas trevas medievais e abre espaços de luz; a razão perversa do fascismo, todavia, foge dos espaços de luz e abre o portão das trevas e da morte.

Pela frase que escutei, como se fosse o fragmento de um discurso sobre a desgraça, entendi melhor os efeitos da estratégia de um genocídio alcançando o inconsciente: ele promove a dominação pela criação da dor consentida. A política de Bolsonaro é precisamente isso: convencer aquela parte indefesa – disponível na sociedade – que é bom ser confinada entre duas ilusões-limites: não entre a vida e a morte, mas entre os dois tipos de mortes no mercado liberal do ódio: morte pela fome ou morte pelo vírus.

Minha querida amiga Clara Ant me remete uma gravação sobre um fato brutal, ocorrido com parte da sua família, num dia longínquo 2ª Guerra, quando os nazistas ocuparam a Polônia. Separados das famílias recolhidas pelos nazis – todos judeus – os homens capturados foram pelos nazis levados a lugar “discreto”, para cavarem uma enorme fossa

onde seriam sepultados após o fuzilamento coletivo pelos “valentes” soldados alemães.

Em cada movimento da pá, ao abrir uma fossa na terra generosa, imagino cada um destes homens olhando o céu e a terra, cientes de que o roteiro lhes levava ao túmulo comum. Nesta certeza, o ritmo da terra ultrajada certamente lhes falava de uma morte solitária, que viria na tentativa de uma rebelião impossível; ou indicava a morte coletiva, cujo ritual de oferenda coletiva seria recompensado pelas mulheres que seriam poupadas.

Entre as mulheres que conseguiram caminhar depois dos assassinatos em massa, estava a mãe de Clara Ant, que recebeu de uma vizinha não-judia um punhado de batatas cozidas, que salvaram vidas e abriram novos caminhos de resistência. Um gesto de amor, uma forma de autopreservação da dignidade humana, um germen de resistência moral plantando a possibilidade de futuro.

Morte pelo vírus ou morte pela fome! Eis o convencimento trabalhado pelos ideólogos do bolsonarismo que especula com o medo, a fragilidade das pessoas perante o infortúnio programado e que faz a gente se perguntar: Onde estavam estas pessoas que fizeram isso? Quem são elas? Como de repente começaram a se apropriar da vida de milhões e lhes levam – como autômatos – a cavar seus próprios túmulos? A opção entre a morte e a morte é a opção da barbárie, e ela está vencendo.

Todos os que rejeitam a barbárie, todos os que recusam o fascismo, todos os que não aceitam que a disjuntiva seja “a morte ou a morte”, mas a vida ou a morte – e estejam dispostos a lutar pela vida – deveriam sentar numa larga e generosa Mesa de unidade política contra o fascismo.

Neste ano infernal de 2021, em que o Centrão e centenas de militares no Governo parecem ter ajustado assassinar todos os sonhos de uma República com democracia e justiça, devemos carregar batatas nos bolsos da nossa consciência, para alimentar o desejo coletivo de lutar e de vencer os bandidos instalados no poder.



Tarso Genro – Advogado. Ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, ex-prefeito de Porto Alegre, ex-ministro da Justiça, ex-ministro da Educação e ex-ministro das Relações Institucionais do Brasil.

SOLIDARIEDADE



#EsquerdaCompraDaEsquerda



TIME ESQUERDA COMPRA DA ESQUERDA +3



ESQUERDA COMPRA DA ESQUERDA

Fernanda Otero

A ideia de fazer a esquerda comprar da esquerda partiu da cabeça de uma ativista por direitos humanos que vive na Alemanha. Erica Caminha começou sua militância cedo, sua mãe era metalúrgica. Da Europa, ela acompanha de perto o que acontece no Brasil desde 2013, ano que deixou o país, já antevendo o golpe e a ascensão da extrema direita. Sempre se articulando e deixando mais curta a distância entre os mares da Europa e da América do Sul, ajudou a construir pontes de amizade e ações de solidariedade que nasceram para aproximar os brasileiros progressistas no exterior.

Erica organizou atos, protestos, encontros, grupos, participou de passeatas. Promoveu em 2020 uma ação internacional pela democracia brasileira em 77 cidades de 26 países. Esse sucesso acendeu a luz do seu mais novo projeto: o Esquerda Compra da Esquerda. A ideia é muito simples: estabelecer relações comerciais entre empresários e consumidores do mesmo espectro político, no caso, a esquerda e os progressistas.

Uma outra mulher vem defendendo essas ideias há alguns anos. Aíto-americana economista e professora da Universidade de Londres, Mariana Mazzucato prega que a economia deve ser repensada. O que é valor econômico? Quem os cria? Para Mazzucato, os políticos progressistas atuais "focam muito em distribuição de riqueza e não focam o suficiente em geração de riqueza". Caminha está colocando essa roda de geração de riqueza para girar.

O pensamento de solidariedade entre a esquerda conquistou corações e mentes, favorecendo os bolsos de artesãos, prestadores de serviços e pequenos empresários. Empreendedores se uniram ao projeto que pode construir uma potente sociedade de consumo. Esses homens e mulheres vendem sua força de trabalho para os grandes grupos econômicos, mas nem por isso se renderam ao sistema e "ao capital".

Em menos de 4 meses, 130 mil pessoas entraram no grupo e a rede de consumidores e vendedores já começa a dar resultado financeiro para seus participantes. Selecionamos algumas histórias de empreendedores que fizeram negócios dentro do grupo e estão comemorando o sucesso:

Alexandra Peixoto é fabricante de canecas e panos de prato e já utilizava as redes sociais para vender

seus produtos, e onde também já recebeu muitos xingamentos por causa desse material. Dentro do grupo, ela se sentiu mais à vontade para anunciar seu produto e espera que o projeto amplie para a área educacional, trabalhando, por exemplo, sobre a "importância da economia solidária, produção e geração de renda".

"Entrei no grupo procurando serviço de tag, carimbo e etiqueta para minha confecção, por sugestão, coloquei na mesma publicação algumas fotos das roupas e foi incrível a recepção, os elogios, os likes e ainda vendi várias peças" nos conta Paula Becar.

Álvaro Correa faz parte da Cooperativa São João, na Serra Gaúcha. Vendedor de vinhos, realizou 6 vendas somando 16 unidades. Já usava as redes para vender seus produtos, e teve muita receptividade dentro do grupo. "A ideia é genial, estamos no caminho certo" brindou Álvaro.

As irmãs Zerbeto fabricam bonecos, não quaisquer bonecos, e não bonecos para brincar. Ela faz "Lulinhas" segundo suas palavras, "o maior símbolo da esquerda". Um trabalho demorado e minucioso. Considera que o "companheirismo e a solidariedade facilitam as negociações", uma das primeiras a entrar e vender no grupo, caso de sucesso, ela já tem até pedidos agendados para o próximo mês.

No dia que escrevemos esse post, o batalhão de organizadores e moderadores do Grupo ECDE comemorava fazendo um mutirão para liberar 26 mil novos membros que aguardam na fila para entrar no grupo, "a fila virtual já chegou a ter 38 mil membros", diz uma das moderadoras. Os novos membros/as são adicionados após passarem por uma necessária triagem. Quem luta por direitos sociais, humanos e meio ambiente, tem orgulho de mostrar quem é nessa "sociedade alternativa", onde o consumo está atrelado a responsabilidade social e ecológica.

O grupo está ativo no Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, TikTok, MeWe e WT Social.

**Fernanda
Otero –**
Escritora.

**GDF, a educação exige
vacina para todos!**



A campanha “Educação exige vacina para todos”, idealizada pelo Sinpro-DF, cobra do governo responsabilidade e respeito com a vida da população, gravemente ameaçada pela Covid-19. Ela vem sendo divulgada em outdoors de todo o Distrito Federal e em caminhões que circulam pelas cidades. O público vem reagindo à iniciativa positivamente, já que a angústia e

o medo trazidos pela pandemia do novo coronavírus estão extrapolando o limite da população.

Também amplia o projeto *Vacina para todos – para toda a humanidade*, lançado em dezembro de 2020. Nele, o Sinpro-DF argumenta que, em qualquer lugar do mundo, todas as vidas devem ter o mesmo valor e cuidado porque viver é um direito e nada pode mudar isso.

#VacinaParaTodos

VACINA JÁ!



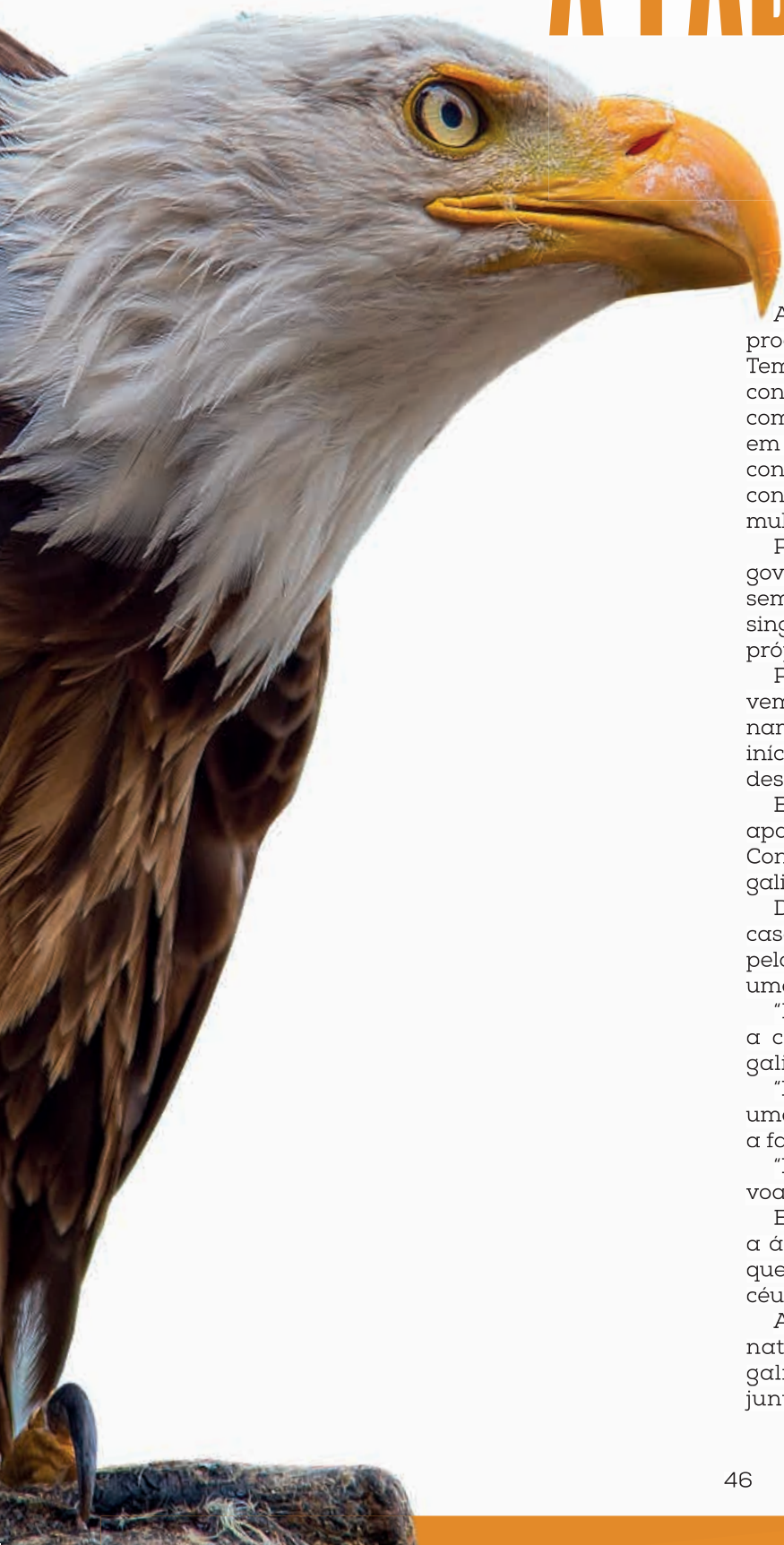
Filiado: [®]
CUT
CNE
DF



Não se pode falar de educação sem amor! 



A FÁBULA DA ÁGUIA



A globalização representa uma etapa nova no processo de cosmogênese e de antropogênese. Temos que entrar nela. Não do jeito que as potências controladoras do mercado mundial querem – mercado competitivo e nada cooperativo –, apenas interessadas em nossas riquezas materiais, reduzindo-nos a meros consumidores. Nós queremos entrar soberanos e conscientes de nossa possível contribuição ecológica, multicultural e espiritual.

Percebe-se desmesurado entusiasmo do atual governo pela globalização. O presidente fala dela sem as nuances que colocariam em devida luz nossa singularidade. Ele tem capacidade para ser uma voz própria e não o eco da voz dos outros.

Para ele e seus aliados, conto uma história que vem de um pequeno país da África Ocidental, Gana, narrada por um educador popular, James Aggrey, nos inícios deste século, quando se davam os embates pela descolonização. Oxalá os faça pensar.

Era uma vez um camponês que foi à floresta vizinha apanhar um pássaro, a fim de mantê-lo cativo em casa. Conseguiu pegar um filhote de águia. Colocou-o no galinheiro junto às galinhas. Cresceu como uma galinha.

Depois de cinco anos, esse homem recebeu em sua casa a visita de um naturalista. Enquanto passeavam pelo jardim, disse o naturalista: “Esse pássaro aí não é uma galinha. É uma águia”.

“De fato”, disse o homem. “É uma águia. Mas eu a criei como galinha. Ela não é mais águia. É uma galinha como as outras”.

“Não”, retrucou o naturalista. “Ela é e será sempre uma águia. Pois tem um coração de águia. Este coração a fará um dia voar às alturas”.

“Não”, insistiu o camponês. “Ela virou galinha e jamais voará como águia”.

Então decidiram fazer uma prova. O naturalista tomou a águia, ergueu-a bem alto e, desafiando-a, disse: “Já que você de fato é uma águia, já que você pertence ao céu e não à terra, então abra suas asas e voe!”.

A águia ficou sentada sobre o braço estendido do naturalista. Olhava distraidamente ao redor. Viu as galinhas lá embaixo, ciscando grãos. E pulou para junto delas.



E DA GALINHA

Leonardo Boff

O camponês comentou. "Eu lhe disse, ela virou uma simples galinha!".

"Não", tornou a insistir o naturalista. "Ela é uma águia. E uma águia sempre será uma águia. Vamos experimentar novamente amanhã".

No dia seguinte, o naturalista subiu com a águia no teto da casa. Sussurrou-lhe: "Águia, já que você é uma águia, abra suas asas e voe!".

Mas, quando a águia viu lá embaixo as galinhas ciscando o chão, pulou e foi parar junto delas.

O camponês sorriu e voltou à carga: "Eu havia lhe dito, ela virou galinha!".

"Não", respondeu firmemente o naturalista. "Ela é águia e possui sempre um coração de águia. Vamos experimentar ainda uma última vez. Amanhã a farei voar".

No dia seguinte, o naturalista e o camponês levantaram bem cedo. Pegaram a águia, levaram-na para o alto de uma montanha. O sol estava nascendo e dourava os picos das montanhas.

O naturalista ergueu a águia para o alto e ordenou-lhe: "Águia, já que você é uma águia, já que você pertence ao céu e não à terra, abra suas asas e voe!".

A águia olhou ao redor. Tremia, como se experimentasse nova vida. Mas não voou. Então, o naturalista segurou-a firmemente, bem na direção do sol, de sorte que seus olhos pudessem se encher de claridade e ganhar as dimensões do vasto horizonte.

Foi quando ela abriu suas potentes asas. Ergueu-se, soberana, sobre si mesma. E começou a voar, a voar para o alto e a voar cada vez mais para o alto. Voou. E nunca mais retornou.

Povos da África (e do Brasil)! Nós fomos criados à imagem e semelhança de Deus. Mas houve pessoas que nos fizeram pensar como galinhas. E nós ainda pensamos que somos efetivamente galinhas. Mas nós somos águias.

Por isso, irmãos e irmãs, abram as asas e voem. Voem como as águias. Jamais se contentem com os grãos que lhes jogarem aos pés para ciscar.



Leonardo Boff - Teólogo, filósofo e membro da Iniciativa Internacional da Carta da Terra.





WANGARI MAATHAI: A MÃE DA TERRA

Zezé Weiss

O Prêmio Nobel da Paz, no ano de 2004, chegou de surpresa para a professora Wangari Muta Maathai, nascida na aldeia de Tetu, nas montanhas do centro do Quênia, distante cerca de 160 quilômetros da capital do país, Nairóbi, na década de 1940. Em boa parte do planeta, era a primeira vez que se ouvia Movimento Cinturão Verde, criado pela ambientalista Wangari Maathai para a construção de uma sociedade sustentável.

A primeira mulher das Áfricas Central e Oriental a obter um título de doutora (em Ciências Biológicas, nos Estados Unidos), a primeira mulher a trabalhar como professora universitária e a primeira a tornar-se presidenta do Departamento de Anatomia Veterinária da Universidade de Nairobi inspirou-se no Movimento de Direitos Civis para criar o Movimento Cinturão Verde.

Nos anos 1970, as camponesas da África de Maathai viviam situações de grande penúria pela ausência das condições mínimas de vida, mas sobretudo pela falta de água. Wangari começou então a explicar para as comunidades a importância de combater o desmatamento plantando árvores. "Voltando o verde, volta a água", ela costumava dizer.

Em 1977, com o apoio do Conselho Nacional de Mulheres do Quênia, Wangari Maathai criou o Movimento Cinturão Verde (Green Belt Movement), um espaço plural e democrático para promover a conservação ambiental, construir a resiliência climática, fortalecer as comunidades, empoderar as mulheres na construção de um mundo mais sustentável.

"Hoje enfrentamos um desafio que exige uma mudança no nosso pensamento, para que a humanidade pare de ameaçar o seu suporte de vida. Somos chamados a ajudar a Terra, a curar as suas feridas e, no processo, curar as nossas -, a abraçar de verdade toda a criação em toda a sua diversidade, beleza e maravilha. Reconhecer que o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz só resultam juntos," resumiu Maathai ao explicar ao mundo seu Movimento.

ECOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Wangari Maathai faz parte de um grupo de pessoas revolucionárias que conseguiram juntar em uma só bandeira as justas causas do meio ambiente e dos direitos humanos. Assim como Chico Mendes na Amazônia, Maathai lutou duramente contra a expropriação das terras públicas pelos barões do latifúndio no Quênia.

Democrata, em 1989, quando seu país ainda vivia sob o sistema de partido único, sob o comando do então presidente

Daniel Arap Moi, a militante Wangari liderou uma campanha contra o Kenya Times Media Trust, um poderoso empreendimento para a construção de 60 andares no Parque Uhuru, um parque público de 13 hectares localizado ao lado do Centro de Negócios de Nairóbi.

Uma década mais tarde, de novo lá estava Maathai liderando a comunidade contra um grupo econômico interessado na redução de 1.041 para 564 hectares da Floresta Karura, na área urbana de Nairóbi. A área da floresta acabou por ser reduzida, mas não sem luta.

ACIMA DE TUDO, UMA DEMOCRATA

Em 1992, ano das primeiras eleições pluripartidárias no Quênia, Wangari fez greve de fome no Parque Uhuru, junto a um grupo de mães e ao movimento Libertação de Prisioneiros Políticos (RPP), para exigir a libertação de seus filhos, que estavam presos e sem perspectiva de julgamento por supostos crimes políticos, em um protesto que durou 11 meses.

Por fim, o governo recuou e liberou os presos políticos. O Parque Uhuru passou ser chamado de "Parque Canto da Liberdade" e o Movimento Cinturão Verde, que em seus primeiros anos de vida plantou 50 milhões de árvores, tornou-se instrumento fundamental na educação das comunidades para a promoção da paz e a preservação do meio ambiente.

Por sua luta de uma vida inteira recebeu os Prêmio Right Livelihood, o Prêmio Ambiental Goldman e o Prêmio Indira Gandhi, foi reconhecida pela Legião de Honra Francesa, em 2004 veio o Nobel da Paz e em 2005 recebeu de onze chefes de Estado da região do Congo o título de Embaixadora da Boa Vontade para o Ecossistema Florestal da Bacia do Congo.

Em 2016, a Estrada da Floresta, no Condado de Nairóbi, foi renomeada pelo governo como Estrada Professora Wangari Maathai. E a Universidade de Nairóbi criou o Instituto para a Paz e Educação Ambiental Wangari Maathai, para imortalizar os ideais da primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz.

Um cancro nos ovários levou Wangari Maathai do espaço físico deste mundo em 25 de setembro de 2011, aos 71 anos de idade. Seu legado persiste. Em 2012, a União Africana designou o 3 de março, Dia do Meio Ambiente na África, como o dia de Wangari Maathai.



Zezé Weiss - Jornalista.



SOMOS



de Março
Dia INTERNACIONAL
da Mulher

Conheça
a revista
Mátria



RESISTÊNCIA, FORÇA E CORAGEM.



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
® www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à
CUT BRASIL





XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **210**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **270**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

